FMI deixa Funaro sem resposta

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Washington — A reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional terminou ontem sem que o Brasil conseguisse uma resposta ao discurso do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, propondo a discussão da dívida externa diretamente entre os governos dos países ricos e das nações devedoras. Mesmo assim houve algum progresso de retórica por parte dos credores, que já admitem oficialmente a necessidade de redução das taxas de juros e de "flexibilidade" nas renegociações.

O comunicado final do comitê, onde predomina o voto dos ricos, prometeu levar em consideração as propostas do grupo dos 24 países em desenvolvimento, onde o maior destaque coube ao pronunciamento de Funaro. Mas uma manifestação formal só deverá ocorrer no final de setembro, quando o comitê voltará a se encontrar por ocasião da assembleia anual do FMI e do Banco Mundial, também na capital norte-americana. Até lá tudo deve continuar como está.

A novidade do comunicado é a palavra "flexibilidade" incluída em seu texto, diplomaticamente, como a máxima concessão aos apelos dos países devedores que reivindicam a volta das condições normais de acesso aos empréstimos dos bancos privados. O documento diz também que "a flexibilidade no rescalonamento da dívida oficial foi considerada essencial em apoio aos programas de ajustamento". A delegação brasileira não soube dizer se isso incluí ou não a renegociação da dívida oficial com o Clube de Paris, pois o comunicado deixa claro que continua a exigência de programas de ajustamento com o FMI.

Os aspectos positivos para o interesse brasileiro in-

cluem ainda a referência à necessidade de se continuar o ajuste fiscal (nos Estados Unidos) para levar adiante a tendência de queda nas taxas internacionais de juros, bem como a importância de se evitar a imposição de barreiras protecionistas que dificultam as exportações para os países industrializados. O comitê interino recusou mais uma vez a proposta dos países mais pobres para que seja promovido um aumento do capital à disposição dos tomadores com problemas de balanço de pagamentos.

Os pontos que merecem maior atenção dos ministros e presidentes de bancos centrais que integram o Comitê Interino foram a necessidade de maior esforço dos Estados Unidos para reduzirem seu déficit fiscal e assim viabilizarem a queda dos juros; o futuro ajuste das taxas de câmbio entre as economias industrializadas; a própria tendência de queda das taxas nos preços do petróleo. "Os membros do comitê sentem que estes desenvolvimentos melhoraram as perspectivas para um crescimento econômico sustentado" — diz o comunicado.

Notou-se também que a posição dos países em desenvolvimento exportadores de petróleo ficou enfraquecida, "com conseqüências para vários outros países. "A colocação do Grupo dos 24, estimando em 60 bilhões de dólares a transferência de renda este ano dos exportadores para os importadores de petróleo, foi aceita formalmente pelo Comitê Interino e incluída no comunicado oficial, que ressaltou também a importância de se aproveitar a queda do petróleo para a promoção de crescimento econômico não-inflacionário.

Com relação à dívida externa, concluiu-se que foram feitos "progressos" dentro da orientação norte-americana, expressa na reunião do FMI na Coréia

em outubro do ano passado, de ajuste com crescimento econômico — em oposição à insistência anterior em ajuste com recessão, que agora o FMI diz renegar. "A estratégia deve continuar na base de casos individuais, buscando a promoção de crescimento durável nos países devedores e restaurando as relações normais com os credores no contexto do crescimento econômico mundial" — afirma o documento do Comitê Interino.

"Ao mesmo tempo que o Comitê reconhece que um substancial progresso foi alcançado por vários países, apesar das difíceis circunstâncias externas, ficou claro também que as relações básicas das dívidas continuam em níveis difíceis" — acrescenta, ressaltando a necessidade de "todos os países devedores seguirem políticas macroeconômicas e estruturais expressivas, que são tão importantes na retomada da credibilidade financeira e na criação de um clima que possa encorajar a poupança interna e os investimentos produtivos, bem como o retorno dos capitais expatriados e os fluxos de investimentos diretos".

Para desgosto dos devedores que querem fugir dos programas do FMI, o comunicado diz que "o comitê reafirmou o papel central do Fundo na oferta aos seus membros de assistência e financiamento para o desenvolvimento de programas de ajuste orientados para o crescimento, servindo de catalisador financeiro, e notou a crescente necessidade de flexibilidade na aplicação caso a caso da política de acesso ampliado aos recursos do Fundo". Diz também que o comitê "reconfirmou o papel-chave que deve ser desempenhado pela supervisão (surveillance) do FMI no funcionamento do sistema monetário internacional".